

A. I. N° - 128984.0004/06-0
AUTUADO - ANDRÉ DENADAI DE ALMEIDA SUPERMERCADO
AUTUANTE - RUI ALVES DE AMORIM
ORIGEM - INFAZ BRUMADO
INTERNET - 26/06/06

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0209-03/06

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Comprovado nos autos que no levantamento fiscal original não foi deduzido o valor correspondente ao incentivo/emprego. Refeito os cálculos, que resultou em redução do imposto devido. Infração parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/03/06, exige ICMS no valor de R\$3.299,15, acrescido da multa de 50%, pela falta de recolhimento do imposto no prazo regulamentar, na condição de Empresa de Pequeno Porte no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA), relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2006.

O autuado, em sua impugnação à fl. 12, diz que ocorreram dois equívocos na lavratura do Auto de Infração:

- a) erro na base de cálculo;
- b) deixou de descontar o incentivo relativo ao abatimento do imposto correspondente ao número de empregados.

Diz que junta ao processo as fotocópias dos DAES e da GFIP para provar o número de funcionários.

Por fim, requer a procedência parcial da autuação no valor devido de R\$2.989,08.

O autuante, em sua informação fiscal, à fl. 32, diz preliminarmente que as informações contidas nos demonstrativos às fls. 07 e 08 foram prestadas pela empresa e que efetivamente equivocou-se ao não conceder a dedução do incentivo/emprego previsto no art. 388-A do RICMS/BA.

Acata o valor de R\$2.989,08 como sendo o devido, conforme demonstrativo apresentado na defesa pelo autuado e requer a procedência parcial da autuação.

VOTO

O Auto de Infração acusa a falta de recolhimento do ICMS, no prazo regulamentar, na condição de EPP, relativo aos meses de janeiro e fevereiro/06.

Da análise dos documentos acostados ao processo, verifico que o autuante elaborou os demonstrativos juntados às fls. 7 e 8, nos quais relacionou as leituras diárias de Redução Z, totalizando faturamento de R\$66.433,52 e R\$65.533,15, nos meses de janeiro e fevereiro/06 respectivamente, tendo aplicado o percentual previsto de 2,5% para a EPP e grafado no Auto de Infração os valores de ICMS exigidos de R\$1.660,83 e R\$1.638,32.

Por sua vez, o autuado apresentou à fl. 11, um demonstrativo no qual indicou base de cálculo de R\$69.223,51 (01/06) e R\$71.492,57 (02/06), valores estes superiores aos indicados no demonstrativo

elaborado pelo autuante, porém computou descontos do incentivo/empregados. Embora o autuado não tenha apresentado um demonstrativo para comprovar a sua receita bruta mensal, constato que a receita consignada no demonstrativo à fl. 11, indica base de cálculo superior à que foi apurada na autuação e a dedução do valor relativo ao incentivo/empregado prevista no art. 388-A do RICMS/BA, corresponde a percentuais de 13% e 17% do valor do imposto apurado, o que está devidamente comprovado com os documentos juntados às fls. 17 e 25, com 9 e 11 empregados.

Dessa forma, acato o demonstrativo apresentado pelo autuado à fl. 11 e considero devido o valor de R\$2.989,08. Subsiste parcialmente a infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração n.º **128984.0004/06-0**, lavrado contra **ANDRE DENADAI DE ALMEIDA SUPERMERCADO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.989,08** acrescido da multa de **50%** prevista no art. 42, I, “b” ITEM 3, da Lei n.º 7.014/96, e dos demais acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de junho de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEA OLIVA - JULGADOR